



Relatório Anual da Administração

Exercício 2020



Em atendimento à Lei 6404/76

A EMPRESA

A Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ, empresa pública, sob a forma de sociedade anônima, inscrita no CNPJ nº 42.266.890/0001-28, com sede na Rua Acre nº 21, Centro, Rio de Janeiro, constituída por meio do Decreto-Lei nº 256, de 28.02.1967, tem por objeto social exercer as funções de autoridade portuária no âmbito dos portos organizados no Estado do Rio de Janeiro, sob sua administração e responsabilidade, em consonância com as políticas públicas setoriais formuladas pela Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários do Ministério da Infraestrutura.

No cumprimento de suas atribuições e obrigações estatutárias, a CDRJ planeja e executa suas ações pautada no Plano Nacional de Logística - PNL, no Plano Geral de Outorgas - PGO, no Plano Mestre dos Portos, nos Planos de Desenvolvimento e Zoneamento - PDZ, no Programa de Dispêndios Globais - PDG, no Regulamento de Exploração dos Portos - REP e nas Tarifas Portuárias aprovadas.

Administra os Complexos Portuários das baías da Guanabara, Sepetiba e Ilha Grande, localizado num dos mais importantes polos econômicos do país, junto dos principais mercados consumidores, centros industriais e polos produtores de commodities de energia e minerais.

Tem como missão garantir a efetividade operacional dos seus portos com sustentabilidade, competitividade das operações e foco na satisfação dos usuários, como agente de desenvolvimento sócio econômico e ambiental.

A valorização do capital humano, comprometimento, transparência, foco na satisfação do cliente, responsabilidade socioambiental, ética e inovação são os valores adotados pela CDRJ no desempenho de suas atividades e no seu relacionamento com a sociedade.

RESULTADOS OPERACIONAIS

Composto pelos portos do Rio de Janeiro, Niterói, Itaguaí e Angra dos Reis, seu complexo portuário registrou no exercício de 2020 uma movimentação total de 54.764.755 toneladas, apresentando um aumento de 8,6% em comparação ao ano anterior. Isso se deu devido a recuperação da movimentação de granéis sólidos após o acidente de Brumadinho. Essa natureza de carga destaca-se pela exportação de minério de ferro e ferro gusa.

No exercício de 2020 a CDRJ movimentou no longo curso 44.429.878 toneladas na exportação e 7.029.074 toneladas na importação. A movimentação de cabotagem foi de 1.177.313 toneladas nos embarques e 2.128.490 toneladas nos desembarques. Considerando a natureza da carga, a participação no total da CDRJ foi de respectivamente: carga geral 15%; granel sólido 84% e granel líquido 1%.

As principais mercadorias movimentadas foram: na exportação, minério de ferro, ferro gusa, carga containerizada, produtos siderúrgicos; na importação foram: carga containerizada, carvão, coque de hulha, minério de ferro pelotizado, produtos siderúrgicos, derivados/álcool, coque de petróleo,

No que diz respeito à movimentação de contêiner, transitaram pelos terminais 402.806 unidades de contêineres, equivalente a 633.840 TEU. A Companhia Docas do Rio de Janeiro, por meio dos seus portos filiados, tem movimentação diversificada, operando todas as naturezas de carga; ou seja, carga geral, granel sólido e granel líquido. Os portos de Niterói e de Angra dos Reis têm foco na modalidade de operação de apoio offshore.

A movimentação de granéis líquidos alavancou 109,9% em comparação com o exercício de 2019, refletindo o aumento na operação de apoio offshore.

Tabela 1. Movimentação Geral de Carga (valores em toneladas)

MOVIMENTAÇÃO DE CARGA – NO CAIS			
PORTO	2019	2020	Δ %
Rio de Janeiro	7.434.260	8.161.282	9,8
Itaguaí	42.950.730	46.517.787	8,3
Niterói	30.981	84.497	172,7
Angra dos Reis	1.284	1.189	-7,4
TOTAL	50.417.255	54.764.755	8,6

Fonte: Companhia Docas do Rio de Janeiro.

Tabela 2. Perfil por Natureza de Carga na CDRJ, Movimentação no Cais (valores em toneladas)

NATUREZA	2019	2020	Δ %
Sólidos a granel	41.804.371	45.936.474	9,9
Líquidos a granel	285.462	599.163	109,9
Carga Geral	1.359.436	1.111.993	-18,2
Carga containerizada	6.967.986	7.117.125	2,1
TOTAL	50.417.255	54.764.755	8,6

Fonte: Companhia Docas do Rio de Janeiro.

Tabela 3. Movimentação de Contêineres nos Portos da CDRJ

PORTO	2019		2020		Δ%	
	Unid.	TEU	Unid.	TEU	Unid.	TEU
Rio de Janeiro	244.610	370.257	252.161	371.419	3,1	0,3
Itaguaí	160.728	277.431	150.645	262.421	-6,3	-5,4
TOTAL	405.638	647.688	402.806	633.840	-0,7	-2,1

Fonte: Companhia Docas do Rio de Janeiro.

O bom desempenho dos volumes movimentados em seus portos, a despeito da pandemia da Covid-19, aliado a alta nas cotações do minério de ferro e na valorização do dólar frente ao real conduziram o faturamento da CDRJ à histórica marca de R\$ 639,1 milhões. O número representa um expressivo incremento no faturamento da ordem de R\$ 149,0 milhões, que corresponde uma alta de 30% em relação a 2019. O recorde de faturamento histórico alcançado em 2020 deveu-se, sobretudo, aos terminais exportadores de minério de ferro no Porto de Itaguaí.

A recuperação dos volumes exportados da commodity pelo terminal da CPBS, em sinergia com a crescente valorização observada nas cotações do minério de ferro em 2020, bem como a valorização do dólar frente ao real, impulsionaram o faturamento da CDRJ, advindo do contrato com a CPBS em impressionantes R\$ 77,0 milhões, um acréscimo de 268% em relação a 2019, atingindo a marca de R\$ 141,9 milhões.

O Terminal da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) que, dentre outras cargas, também exporta minério de ferro, também se beneficiou do bom ambiente para a commodity em 2020, contribuindo com R\$ 14,7 milhões, um incremento de 7% ao faturamento em comparação a 2019. O contrato com a CSN representou um faturamento de R\$ 236,7 milhões para a CDRJ em 2020.

Outros destaques, em 2020, foram o terminal da Sepetiba Tecon cujo faturamento mais que dobrou em relação a 2019 atingindo a marca de R\$ 15,4 milhões ² e o início das operações do Terminal de Trigo do Rio de Janeiro, que registrou um acréscimo de R\$ 3,4 milhões para a CDRJ em 2020.

O desempenho alcançado em 2020 representa a maior variação anual do período 2015-2020, tanto em relação à movimentação de carga quanto ao faturamento, demonstrando não só a resiliência dos terminais que operam nos portos administrados pela CDRJ, como também a capacidade de adaptação e agilidade na gestão da Companhia frente aos inéditos desafios que se apresentaram.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

Integração do Faturamento na Sede

Até o ano de 2020, a gestão financeira dos Portos administrados pela Companhia era realizada de forma independente, distinta e com diferentes sistemas. Mesmo diante dos enormes desafios impostos pela situação da pandemia, a CDRJ não poupou esforços para integração do faturamento dos 4 (quatro) Portos, promovendo ajustes organizacionais na busca por eficiência e eficácia da gestão financeira.

Em fevereiro de 2020 ocorreu a integração do Porto de Itaguaí no SSA, sistema utilizado na Sede e, até então, base de dados apenas do Rio de Janeiro. O mesmo ocorreu nos Portos de Angra dos Reis e de Niterói, em agosto e setembro de 2020, respectivamente. Dessa forma, a Companhia conquistou um grande marco em sua história, concluindo a centralização do faturamento que, a partir de setembro de 2020, passou a ser totalmente emitido pela área financeira.

Com a centralização do processo de faturamento foi possível um maior controle dos dados gerados e agilidade no fornecimento de relatórios para tomada de decisões das diversas áreas da Companhia, além de fortalecer o relacionamento com os clientes em razão da centralização de informações, padronização e celeridade no atendimento. A integração também confere maior conhecimento do perfil de cada cliente, melhor programação de cobranças, padronização de rotinas, antecipação a momentos de crise financeira, melhoria no controle de fluxo de caixa entre outros.

A integração sistêmica dos 4 Portos foi de suma importância, também, para o controle do "Contas a Receber", que depende de informações confiáveis e fidedignas para a realização das cobranças. É importante destacar que, com a centralização do faturamento, a inadimplência reduziu consideravelmente, tanto a atual quanto a relacionada a valores que constavam em aberto desde a época do controle descentralizado nos Portos, possibilitando levantamentos e renegociações que vem sendo realizadas pela área financeira desde o início da integração.

Equacionamento do PORTUS

O Plano de Benefícios Previdenciários (PBP1) gerido pela entidade fechada de previdência complementar PORTUS e patrocinado, dentre outros, pela CDRJ, diante de sua insuficiência patrimonial, necessitava da aprovação de um plano de equacionamento, sob o risco de liquidação manifestado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) e, também, por seu interventor. Para tanto, foi elaborada uma proposta de alteração regulamentar do PBP1 com a finalidade de equacionar a questão, retomando a solvência do Plano e resguardando seu equilíbrio econômico-financeiro.

Considerando que o PBP1 é um plano de benefícios previdenciários com insuficiência patrimonial, cabia aos patrocinadores e aos participantes custear o plano de equacionamento. A proposta foi sustentada por parecer atuarial emitido por empresa especializada e ajustada por meio de Relatório Atuarial de Ajuste do Instituto PORTUS, após solicitação da SEST. Subsidiados nos pareceres financeiro e jurídico a respeito do Plano de Equacionamento, a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração da CDRJ manifestaram-se favoravelmente à celebração, tendo a assinatura do Termo de Compromisso Financeiro se concretizado em julho de 2020 com a assunção do valor proporcional de R\$ 203.276.486,11 (duzentos e três milhões, duzentos e setenta e seis mil, quatrocentos e oitenta e seis reais e onze centavos) à Companhia.

Para iniciar a quitação do déficit sob sua responsabilidade, a CDRJ e o Instituto PORTUS peticionaram em conjunto o pedido de levantamento do valor depositado em juízo na 21ª Vara Cível da Comarca do Rio de Janeiro, relativo a ações judiciais em andamento envolvendo as partes.

Com os recursos levantados, em cerca de R\$28,8 milhões, foi possível abater para a CDRJ 17 (dezessete) parcelas mensais vencidas e vincendas, do total de 180 (cento e oitenta) do plano de equacionamento, o que significa dizer que não houve qualquer desembolso em 2020 tampouco haverá em 2021. A primeira parcela a ser quitada pela CDRJ será a partir de janeiro de 2022.

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

O decreto nº 10.168/2019 aprovou o Programa de Dispêndios Globais – PDG/2020, alterado pela Portaria do Ministério da Economia nº 407/2020. O Orçamento de investimentos (total das despesas de capital) foi aprovado pela lei nº 13.978/2020 (LOA/2020) e está contido no PDG.

Nos quadros a seguir, estão apresentados os resumos das receitas e das despesas aprovadas e executadas.

Em R\$ mil		
2020 – PROGRAMADO	Receitas	Despesas
Próprias	635.089	606.638
Participação da União no Capital (Investimentos)	56.321	84.772
TOTAL	691.410	691.410

Em R\$ mil		
2020 – EXECUTADO	Receitas	Despesas
Próprias	680.894	539.116
Participação da União no Capital (Investimentos)	0	6.777
TOTAL	680.894	545.893

Receitas Correntes – Análise do Faturamento

A execução da Receita Corrente Operacional corresponde a um faturamento de R\$ 661,7 milhões, atingindo 113,7% do valor programado para o exercício, além de R\$ 19,2 milhões referente ao ressarcimento de despesas com pessoal cedido a outros órgãos, perfazendo uma Receita Total de R\$ 680,9 milhões. O aumento mais relevante aconteceu no Porto de Itaguaí, com um crescimento de 48,7% em relação ao mesmo período de 2019. A alta foi ocasionada pelo aumento no preço do minério de ferro e o aumento da sua exportação. A commodity alcançou uma alta de 74% no ano, sustentado pela demanda chinesa.

No quadro a seguir, são apresentadas as receitas totais faturadas por porto.

PORTOS	Em R\$ mil			
	2019	2020	Diferença	Variação
RIO DE JANEIRO	224.653	223.779	-874	-0,4%
NITERÓI	6.582	7.819	1.237	18,8%
ANGRA DOS REIS	4.350	3.642	-708	-16,3%
ITAGUAÍ	286.771	426.500	139.729	48,7%
RECEITA CORRENTE OPERACIONAL	522.356	661.739	139.383	26,7%

Evolução da execução das despesas - 2016-2020

	Em R\$ mil				
	2016	2017	2018	2019	2020
Correntes	399.184	435.361	465.504	459.364	539.116
Capital	136.281	28.122	26.297	18.838	6.777
TOTAL	535.465	463.483	491.801	478.202	545.893

Visando aperfeiçoar o planejamento financeiro, buscando o equilíbrio do mesmo, a empresa priorizou ações no sentido de efetuar o pagamento de condenações judiciais, o que reduziu o volume de bloqueios judiciais das contas-correntes. Com o intuito de equacionar a situação financeira e fiscal, procedeu à regularização de tributos inscritos em dívida ativa e dos contratos de cessão de créditos, propondo parcelamentos junto aos órgãos competentes. Esses fatores concorreram para o aumento das despesas correntes em 2020.

Execução 2020 – por grupo de despesas

Em R\$

GRUPOS DE DESPESA	Programado	Realizado	%
PESSOAL	362.129.514	323.955.757	89,5%
DIRIGENTES	3.265.580	1.912.329	58,6%
CONSELHOS E COMITÊS ESTATUTÁRIOS	863.494	564.956	65,4%
MATERIAIS E PRODUTOS	599.684	248.648	41,5%
SERVIÇOS DE TERCEIROS	34.527.644	24.304.032	70,4%
TRIBUTOS	84.170.777	81.894.540	97,3%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	121.081.184	106.235.880	87,7%
TOTAL DE DISPÊNDIOS CORRENTES	606.637.876	539.116.141	88,9%

As Despesas com Pessoal representaram uma redução de 10,5% em relação ao valor programado, motivado principalmente pela implantação do Programa de Demissão Voluntária – PDV, que terá os seus reflexos efetivados integralmente em 2021.

Nos grupos de Materiais e Produtos e Serviços de Terceiros verifica-se uma redução de despesas em razão da menor demanda de serviços de manutenção em razão da implantação do teletrabalho principalmente no segmento administrativo da empresa.

Os Tributos e as Outras Despesas Correntes acompanharam a margem de projeção, mantendo-se dentro das expectativas programadas.

Resultado Orçamentário corrente – 2019/2020

O quadro a seguir apresenta o resultado orçamentário entre as receitas correntes (geração própria) e as despesas correntes e de investimentos com recursos próprios. Os investimentos realizados pela União não são apresentados neste quadro.

	RECEITAS FATURADAS		DESPESAS PRÓPRIAS		RESULTADO ORÇAMENTÁRIO
2019	R\$ 544.758.410	—	R\$ 459.364.301	=	R\$ 85.394.109
2020	R\$ 680.894.077	—	R\$ 541.069.346	=	R\$ 139.824.731

Desempenho Orçamentário – Análise da execução

A execução orçamentária de 2020 mostrou um desempenho onde pode ser constatada a redução dos custos fixos, principalmente nos gastos com pessoal, material e serviços, em grande parte decorrentes dos planos de reestruturação financeira e de redução de despesas, concorrendo para a realização de pagamentos de dívidas tributárias, judiciais e contratuais.

No lado dos gastos totais verifica-se um aumento de cerca de 18% em relação a 2019, com ações de saneamento das dívidas da empresa, tendendo a reduzir o passivo adquirido no curto e médio prazo.

As receitas correntes totais cresceram 25%, impulsionadas, principalmente, pela alta do minério de ferro no mercado internacional, pela variação cambial com desvalorização do Real frente ao Dólar e pelo aumento da movimentação de cargas de 4,2% em relação a 2019, fatores que impactaram as receitas do Porto de Itaguaí.

Como resultado do aumento das receitas e redução de despesas apresentado, a CDRJ fechou o exercício com um superávit orçamentário de R\$ 139,8 milhões, 63% superior se comparado ao ano anterior.

Orçamento de Investimentos – Ações e Projetos

O Orçamento de Investimentos da CDRJ é dividido em dois programas constantes no Plano Plurianual 2020-2023: Programa 2086 – Transporte Aquaviário; e Programa 0807- Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais.

O Programa 2086, que executou R\$ 4,8 milhões em 2020, contempla, dentre outros, o Projeto de Implantação dos Sistemas de Apoio e Gestão de Tráfego de Navios – VTMIS, Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos nos Portos Marítimos, Adequações das instalações gerais e de suprimentos nos Portos do Rio de Janeiro e Itaguaí, Implantação do sistema de sinalização náutica, Reforço Estrutural do Cais da Gamboa e Estudos para o Planejamento do Setor portuário.

O Programa 0807, que executou R\$ 1,9 milhão em 2020, inclui investimentos continuados para a manutenção de bens móveis e imóveis, inclusive de tecnologia da informação.

0807 – Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais	Em R\$	
	Aprovado	Executado
Recursos Próprios	R\$ 13.590.088	R\$ 1.933.879
Total (R\$)	R\$ 13.590.088	R\$ 1.933.879

2086 – Programa Transporte Aquaviário	Em R\$	
	Aprovado	Executado
Recursos Próprios	R\$ 14.860.617	R\$ 19.326
Recursos do Tesouro	R\$ 61.319.631	R\$ 4.824.226
Total (R\$)	R\$ 76.180.248	R\$ 4.843.552

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Financeiras de 2020 apresentam os seguintes saldos:

	Em mil R\$	
	2020	2019
Ativo Circulante	130.502	91.321
Ativo Não Circulante	1.783.591	1.891.335
Passivo Circulante	275.169	382.156
Passivo Não Circulante	2.315.063	2.275.611
Patrimônio Líquido	-676.139	-675.111
Receita Operacional Líquida	590.519	460.694
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro	161.034	1.063.982
Resultado Financeiro	-175.287	-116.090
Resultado Líquido	-14.253	947.892

A Receita Operacional Líquida registrou aumento de 28,18% em 2020, variação superior aos custos aplicados, os quais ficaram 10,60% acima daqueles registrados no exercício de 2019, principalmente, pela redução dos custos com pessoal e encargos em 7,52%. O Resultado Operacional Líquido de 2020 foi impactado, principalmente, pelo resultado financeiro negativo, que apresentou aumento de 50,99%.

A piora no resultado financeiro é consequência da redução de 58,58% na receita e aumento de 16,60% na despesa financeira. A redução significativa da receita financeira é justificada pelos resgates expressivos de depósitos judiciais, no exercício de 2019, o que, na ocasião, ocasionou o registro da receita acima dos valores habituais. No exercício de 2020, o saldo voltou ao seu patamar considerado normal.

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1975 e com os Pronunciamentos Contábeis, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, criado pela Resolução nº 1.055/05 do Conselho Federal de Contabilidade.

A responsabilidade dos dados contábeis é da Gerência de Contabilidade, comandada pelo contador Eduardo Pires Soares, cuja atuação compreende o período de 13 de junho de 2018 até a presente data. A equipe da Gerência de Contabilidade, além do contador responsável, conta com sete outros contadores

e um técnico em contabilidade. Em 2020, o cargo de contador responsável substituído era ocupado pelo Sr. Reginaldo Gomes de Lima.

O relatório da auditoria independente, acerca das Demonstrações Financeiras de 2020, concluiu que, exceto pela ressalva apontada, as demonstrações apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Segue abaixo a transcrição da única ressalva no relatório da auditoria independente, quanto às Demonstrações Financeiras de 2020:

2.1. Contas a receber de partes relacionadas

Conforme nota explicativa nº 09, a Companhia possui contabilizado em contas a receber de partes relacionadas, no ativo não circulante, o montante de R\$ 293,215 milhões. Este valor teve origem em um aumento de capital realizado pelo acionista controlador, para fazer frente a obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) que por fim não foram realizadas. Por solicitação, a administração da companhia fez devolver esse valor ao acionista controlador, que teve sua contrapartida contabilizada indevidamente em contas a receber, quando deveria ter sido baixado do capital social do acionista controlador. Consequentemente o ativo e o patrimônio líquido da companhia estão superavaliados em R\$ 293,215 milhões.

Para sanar a ressalva, a Assembleia de Acionistas deverá homologar a redução do capital social, relativo ao montante devolvido, após edição de decreto presidencial. A CDRJ protocolou no Ministério da Infraestrutura, em 15 de setembro de 2020, toda a documentação necessária à redução do capital, incluindo a minuta de exposição de motivos e do decreto presidencial.

A auditoria foi realizada pela empresa Audimec – Auditores Independentes S/S – EPP, nos termos do Contrato CDRJ nº 032/2020. A íntegra das Demonstrações Financeiras e das Notas Explicativas podem ser acessadas na página eletrônica da CDRJ, na aba Institucional / Informações Adicionais / Relatório de Administração e Demonstrações Financeiras.

RESULTADOS E ESFORÇOS DA GESTÃO EM 2020

A CDRJ, na sua competência de administradora dos portos e gestora de ativos públicos, tem a obrigação legal de garantir a devida remuneração pelo uso dos bens que administra.

Visando um crescimento planejado e organizado da empresa a CDRJ aprovou seu Plano de Negócios, onde contempla macro-projetos que buscam incrementar suas receitas, seja por meio de reequilíbrios de contratos, desinvestimentos de ativos *non-core*, novos arrendamentos, cessões onerosas e não onerosas, além de investimentos em sua infraestrutura portuária.

Ações realizadas

Em virtude das medidas restritivas de combate à pandemia de Covid-19, com vistas à agilidade e confiabilidade da tramitação de seus processos, a CDRJ realizou a migração de todo seu fluxo de documentos para o ambiente virtual, possibilitando consultar, assinar e tramitar documentos eletrônicos internamente e entre o Ministério da Infraestrutura e as demais entidades cadastradas na base única multiórgãos do SEI.

Regularização de exploração permanente de área no porto do Rio de Janeiro pela Petrobras, o Terminal de Multiuso 1, utilizado atualmente para apoio das operações offshore na Bacia de Santos.

No Porto de Angra dos Reis foi concluído com sucesso um acordo no âmbito do contrato de arrendamento com a empresa TPAR/SPLENDA, oportunidade em que se estabeleceu o direito de a CDRJ auferir na integralidade os recursos provenientes da cobrança da tabela I.

Com relação à provisão de infraestrutura aquaviária e portuária, a companhia empreendeu ganhos históricos em curto espaço de tempo, merecendo especial destaque a viabilização da navegação noturna no Canal de Cotunduba, o início da implementação do calado dinâmico e implantação do sistema de controle de tráfego aquaviário (VTMIS) no porto do Rio de Janeiro. Na mesma linha, se encontra devidamente viabilizada a recepção de embarcações com 367 metros no porto de Itaguaí.

A retomada do processo de alfandegamento do cais público do porto do Rio de Janeiro, a viabilização para recepção de embarcações com 366 metros no porto do Rio de Janeiro, a ampliação e aprofundamento do Canal Derivativo, a

implantação do Canal de Interligação e do Canal Leve no porto de Itaguaí, o compromisso com a realização de batimetrias e dragagens perenes, a ampliação do Cais da Gamboa, a retomada de estudos para ocupação da Ilha da Pombeba, a iminente inauguração do Portão 32 com acesso direto da concessão rodoviária ao porto do Rio de Janeiro e a implantação do agendamento de veículos através do Sistema de Gerenciamento de Acesso Docas (SGAD), são ações em curso que seguramente elevarão o patamar da prestação de serviços da companhia junto aos diversos usuários em padrões jamais verificados nos portos organizados fluminenses.

Um leilão de bens inservíveis, que visava a geração de receita através das sucatas que pertencem a CDRJ, foi realizado com sucesso. Além de visualmente causarem um impacto negativo, os bens inservíveis ocupavam espaço considerável dentro da área do Porto Organizado. Foram arrematados todos os lotes postos à venda, gerando uma receita de R\$ 1.238.900,00, 18% acima do esperado.

Na área de Tecnologia da Informação, destaca-se a ampliação do Sistema Integrado de Segurança, em atendimento ao ISPS-CODE, que possibilitou ampliar os níveis de segurança portuária, com o monitoramento interno dos armazéns, da carga e das áreas de fundeio, possibilitando assim um maior controle sobre as embarcações que atracam no Porto do Rio, dando assim possibilidades técnicas para o realfandegamento do porto do Rio de Janeiro. Nessa ampliação também foi contemplada uma maior visibilidade dos canais de acesso ao porto, através de instalação de câmeras de monitoramento localizadas em locais estratégicos da baía de Guanabara, como; Ponte Rio-Niterói, Fortaleza de Sta Cruz, e Morro do pão de Açúcar.

Horizonte promissor

Considerados como a principal fonte de receitas incrementais para a CDRJ, existia a expectativa da concretização de diversos novos negócios para o ano de 2020, voltadas aos novos arrendamentos.

Uma das principais dificuldades encontradas pela CDRJ para viabilizar esses projetos junto ao mercado foi o desaquecimento econômico causado pela Covid-19. As empresas ainda estão reticentes a compromissos de investimento de longo prazo.

Localizados adjacentes aos grandes centros produtores e consumidores do país, os portos do Rio de Janeiro e Itaguaí possuem diversas facilidades operacionais,

como conectividade multimodal, facilidade nos acessos marítimos, ferroviários e rodoviários, capacidade de receber grandes navios, proximidade das bacias, e diversas oportunidades para implantação de novos terminais em áreas greenfields ou operações em áreas brownfield.

Um dos processos de arrendamentos mais avançados é aquele que envolve o Terminal de Granel Sólido III (TGS III). A Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários (SNPTA) definiu que o TGS III seria o primeiro arrendamento simplificado a ser realizado, atendendo à Resolução nº 7.821/2020 da Antaq, que dispõe acerca dos procedimentos para elaboração da versão simplificada dos estudos prévios mencionados no art. 6º, § 1º, inciso IV do Decreto nº 8.033, de 2013.

A elaboração dos estudos contou com a participação da Empresa de Planejamento e Logística S.A. (EPL) e da equipe comercial a CDRJ. O EVTEA concluiu que a instalação portuária será destinada à movimentação e armazenagem de granel mineral sólido, tendo como principais atividades a recepção marítima, armazenagem em silos e a expedição rodoviária de gipsita, barrilha, cloreto de potássio e outros minerais sólidos.

Conforme descrito na Resolução nº 7.821/2020 da Antaq, o prazo de exploração do vencedor é de 10 anos. Com base nos estudos que embasaram o EVTEA, chegou-se a premissa que a capacidade dinâmica para o terminal é de 612.000 t/ano, e o preço médio previsto dos serviços é de R\$ 54,05 por tonelada. Assim, conclui-se que a receita máxima estimada para o terminal é de R\$ 33.078.600,00 por ano.

Visando atrair novos potenciais investidores, foi realizado um chamamento público junto ao mercado para exploração do Terminal Multiuso 2 no porto do Rio de Janeiro. No processo, a CDRJ ofertou inúmeras áreas, entre elas a possibilidade de exploração dos armazéns 07 e 08, voltados para atividades não operacionais e o pátio 09 e armazém 10, esses direcionados à atividade operacional. Como resultado, diversas empresas demonstraram interesse.

Atualmente um dos segmentos mais demandados pelo mercado investidor está voltado aos granéis líquidos. A CDRJ tem buscado identificar potenciais investidores para licitação de um Terminal de Granel Líquido no porto de Itaguaí, realizando um chamamento público no decorrer do ano.

O Terminal de exportação de gás e Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN) é uma das principais apostas previstas para o projeto “porto indústria”

em Itaguaí. Há grupos interessados na área elaborando o EVTEA e aguardando os resultados da viabilidade técnica e econômica dos campos da camada pré-sal para exploração.

A CDRJ vem desenvolvendo ações integradas e vinculadas aos ESGs, prática adotada por Autoridades Portuárias de excelência, buscando garantir sua adequação aos padrões mundiais de sustentabilidade, saúde e segurança do trabalho, que também atendem às exigências legais dos órgãos ambientais e dos órgãos de controle, com o intuito de tornar esse um diferencial competitivo perante o mercado e um dos principais atrativos de novos negócios, visando ser referência regional no tema no seu segmento de atuação.

Existe grande expectativa com o projeto denominado BR do Mar, atualmente em fase de aprovação no Congresso Nacional, que trará importantes mudanças no âmbito logístico do Brasil, tendo como um dos principais objetivos aumentar a participação da navegação de cabotagem no que se refere ao transporte de produtos no país. Nesse sentido, espera-se um aumento nas cargas movimentadas pelos portos do Rio de Janeiro e Itaguaí, uma vez que o volume de contêineres transportados na navegação de cabotagem apresenta historicamente uma taxa de crescimento acima da média nacional.

Frente a tantas incertezas que afetam diretamente a atividade portuária decorrentes do impacto na economia global da pandemia de Covid-19, buscando mitigar possíveis riscos ao planejamento da empresa, a gestão da CDRJ não poupa esforços para acompanhar o comportamento do mercado e das suas principais tendências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A despeito da situação enfrentada por conta da Covid-19, os resultados operacionais e financeiros obtidos pela Companhia podem ser considerados como positivos. Dentre esses resultados positivos, destaca-se o faturamento recorde registrado pelo Complexo Portuário administrado pela CDRJ. No que concerne aos projetos em andamento, salienta-se que a maioria deles estão ocorrendo dentro do esperado, isso demonstra o comprometimento, dedicação e empenho da equipe, que, mesmo num cenário adverso, soube superar as dificuldades encontradas nesse ano.

Outro ponto a ser destacado são os resultados financeiros obtidos. Quando da elaboração do Plano de Negócios 2020, o faturamento apontava para uma meta de R\$ 584 milhões. Entretanto, a CDRJ superou as estimativas em 10,27%, ou seja, R\$ 60 milhões acima do projetado. Parte da explicação está atrelada aos contratos dos arrendamentos balizados pelo preço FOB (*Free on Board*) das mercadorias movimentadas, que sofreu variação positiva em função da alta do dólar, e também ao bom desempenho dos demais arrendatários junto ao mercado.

O compromisso assumido de reerguer a empresa, com base em princípios éticos, morais e legais, fará da Companhia Docas do Rio de Janeiro cada vez mais rentável, eficiente, dinâmica e transparente, se reposicionando como protagonista nas ações de provisão de infraestrutura e na viabilização das operações portuárias com segurança e eficiência, assumindo sua principal missão na qualidade de Autoridade Portuária, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico regional ao tornar os portos sob sua gestão competitivos e atraentes para a viabilização de novos empreendimentos.

Rio de Janeiro, 23 de março de 2021.

Francisco Antônio de Magalhães Laranjeira
Diretor-Presidente

Mario Povia
Diretor de Gestão Portuária

Jean Paulo Castro e Silva
Diretor de Negócios e Sustentabilidade

Indalecio Castilho Villa Alvarez
Diretor Administrativo-Financeiro